

DEFENDENDO A HUMANIDADE¹

*Luis Martínez ANDRADE**

Os sociólogos Michael Burawoy e Ruy Braga (2008, p.65) nos oferecem um excelente texto sobre a relevância – incluindo desafios e projeções – de uma sociologia pública orgânica que se posiciona abertamente pela defesa da humanidade. Sem abandonar o rigor teórico e metodológico que todo cientista social deve assumir na produção de seu trabalho intelectual, os autores reivindicam a potencialidade da palavra “engajamento”. É precisamente esta atitude de uma militância comprometida com a verdade – em um sentido leninista – que tanto Burawoy como Braga defendem para o uso político e social da sociologia pública.

1. Com ajuda do anjo da história, Burawoy apresenta em 11 teses e matizes suas noções sobre a sociologia profissional, crítica, pública e para políticas públicas (BRAGA; BURAWOY, 2008, p.20). Para ele, a sociologia pública não é precisamente a negação da sociologia profissional, sendo possivelmente complementares. Entretanto, embora o conhecimento instrumental, e, portanto, sua racionalidade em algumas ocasiões possa exercer domínio no desenvolvimento da sociologia profissional, a sociologia crítica passa a exercer uma força de contenção a essa dinâmica. Burawoy sublinha a distinção entre uma sociologia pública e uma sociologia para políticas públicas, uma vez que a primeira estabelece uma relação dialógica entre o sociológico e o público enquanto a segunda é o serviço de um objetivo estabelecido por algum cliente. Tampouco – nos adverte Burawoy – isso significa que ambas estão em posições irreconciliáveis (BRAGA; BURAWOY, 2008, p.29).

Michael Burawoy recupera a importância do sociólogo W.E.B. Du Bois como um paradigma da sociologia pública, como uma “avenida para os marginalizados,

¹ Resenha da obra: BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2008. 284 p.

* Doutorando em Sociologia. *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Paris – França. luisma_andrade@hotmail.com

os excluídos da arena política e os excluídos da academia” (BRAGA; BURAWOY, 2008, p.39). Dessa forma, Burawoy também reconhece os efeitos perversos de um sistema que mercantiliza (*commodifying*) não só o trabalho material, mas também o intelectual, corrompendo os compromissos morais, que em algum momento, levou alguns estudantes a buscarem a sociologia (tese V). Nesse aspecto, o autor mostra de uma maneira clara a tensão entre um *habitus* sociológico e a estrutura do campo disciplinar.

Recorrendo ao “voo do pássaro”, a história da sociologia nos Estados Unidos, o autor argumenta que, tendo como marco os movimentos sociais da década de setenta, nosso “anjo da história” parecia ter subido, porém, com a onda de reformas neoliberais na década de oitenta nosso anjo foi novamente abatido. Afortunadamente, tal declínio durou apenas um breve período. Para Burawoy, o capitalismo em sua atual fase coloca realmente em perigo a dimensão reflexiva da sociologia. Essa análise do desenvolvimento da sociologia nos Estados Unidos leva Burawoy a reconhecer seus limites históricos e sociopolíticos e, deste modo, reconhece o estado da sociologia pública norte-americana – especificando tais particularidades – e sua relação com a sociologia pública da África do Sul ou Brasil, para citar alguns exemplos.

2. Em “O pêndulo de Marx: Sociologias públicas e engajamento social”, Ruy Braga expõe de maneira sucinta a influência de Marx e sua relação com a(s) sociologia(s) pública(s) e crítica(s), na trajetória das ciências sociais. Para este sociólogo brasileiro, podemos extrair três aportes do filósofo de Tréveris: a) a crítica à reificação e, portanto, às aparências, b) o caráter histórico da forma social, e sua dinâmica transitória e c) a crítica ao pensamento positivista representado pela escola de Comte (o filósofo de Montpellier) que justifica, em certo sentido, a dominação capitalista. Voltando à abordagem de Wallerstein, Braga reitera Marx dentro do triunvirato sociológico representado também pelas figuras de Durkheim e Weber.

Para Ruy Braga, o espectro de Marx pode ser rastreado pela obra de Pierre Bourdieu. A figura de Bourdieu na história da sociologia não é ínfima, não somente por seus aportes teóricos e analíticos, mas também por seu compromisso social com os movimentos de contestação ao modelo neoliberal. Neste sentido, Braga argumenta que “a militância bourdieusiano” gerou, por um lado, um debate sobre a relação do investigador com sua ação política e, por outro lado, atualizou a velha questão da relação entre teoria e prática (BRAGA; BURAWOY, 2008, p.82). *La misère du monde* marca o distanciamento de um Bourdieu crítico a um Bourdieu um tanto sociólogo público – aponta Braga.

Em concordância com a posição de Benjamin e Gramsci, Braga recupera o papel e a força das classes subalternas como “sujeitos do conhecimento histórico”

(BRAGA; BURAWOY, 2008, p.107), portanto, como classe combatente e oprimida. Nesse sentido sugere que a tarefa do intelectual orgânico não é somente a desfetichização das relações sociais, mas a elaboração coerente dos problemas postos pela sociedade. Dessa forma, a diferença entre a sociologia pública tradicional e a sociologia pública orgânica é a centralidade axiológica do conhecimento dos subalternos.

3. O Informe da *Comissão Gulbenkian*, coordenado por I. Wallerstein, foi convertido em uma obra de referência para os sociólogos que argumentam em favor da necessidade de uma abertura das ciências sociais. Em tal informe se menciona três problemas na redefinição das ciências sociais, estes são: a) o falso universalismo do pensamento ocidental que fundou as ciências sociais, b) a anacrônica divisão das ciências sociais em relação a seus objetos de estudo e, c) certa metodologia positivista que guia as ciências sociais. Assim, a *Comissão* sugeria a unificação do conhecimento disciplinar dentro das ciências sociais tendo como resultado uma reconciliação entre as humanidades e as ciências naturais. Não muito distanciados do sonho positivista que outrora postulara a teoria geral de sistemas. Dessa forma, Burawoy formula a seguinte questão: Abrir as ciências sociais? Para quem e para quê?

Burawoy identifica a proposta da *Comissão* como uma utopia totalizante e abstrata (BRAGA; BURAWOY, 2008, p.122) no sentido de omitir as relações reais de produção material do conhecimento e, sobretudo, de seu contexto sociotemporal e histórico. Explico-me. Enquanto que para Wallerstein a criação das ciências sociais em compartimentos definidos está intimamente ligada à configuração do *sistema-mundo* no século XIX – e tal parcialidade havia sido não somente uma alternativa teórica e epistêmica, mas que também havia favorecido os interesses ocidentais – sua superação, orquestrada por uma ciência-social histórica, seria a conciliação entre ciências naturais e humanidades. Para Burawoy, tal superação não deve ser a reconciliação de tais campos, mas a concordância entre conhecimento instrumental e conhecimento reflexivo, isto é, acentuar as contradições que se escondem sob a forma de um “positivismo metodológico”. Burawoy argumenta que a dissolução das fronteiras entre as disciplinas e sua unificação poderia ser factível em um mundo totalitário (BRAGA; BURAWOY, 2008, p.125), porém, no contexto do capitalismo contemporâneo sua unificação seria algo ainda mais coercitiva posto que, no processo de mercantilização (em sua terceira onda), as ciências sociais estariam subjogadas aos interesses da economia. Assim, Burawoy evoca uma abertura das ciências sociais, que deve ser feita através do conhecimento reflexivo e através das audiências extra-acadêmicas. Essas particularmente voltadas aos grupos ameaçados tanto pela tirania do mercado quanto pela repressão do Estado, de uma forma que a defesa da sociedade continua a ser o objetivo da sociologia pública orgânica.

4. Polemizando com Wallerstein, Burawoy parte das sociologias realmente existentes, que têm como base suas divisões de estudo e suas conexões com a sociedade civil, para chamar atenção ao fato de que a sociologia unicamente pode desafiar o pensamento hegemônico garantindo sua autonomia. Daí que Burawoy reporta certa ingenuidade em Wallerstein – e em seus seguidores – ao assumir que as formas de dominação e exploração se encontram com igual densidade em todos os contextos políticos e sociais, sem nem sequer pensar que tal proposta pode deixar a sociologia indefesa ante os embates do Estado e dos interesses do mercado. Nesse sentido, nós – argumenta Burawoy – fazemos nossa própria sociologia sob condições que não necessariamente escolhemos (BRAGA; BURAWOY, 2008, p.148). Analisando a produção em regimes *pós-coloniais* (Índia) e *pós-autoritários* (América Latina), Burawoy mostra a importância do diálogo estabelecido entre as sociologias críticas e profissionais que tem dado como resultado propostas inovadoras no campo da teoria social como das políticas públicas: a teoria da dependência latino-americana, para mencionar um exemplo.

5. A relação entre a sociologia pública e a sociologia da educação é abordada por Braga desde uma posição partidária, isto é, com desconfiança ao mercado e aos governos. Para Braga, por meio da sociologia pública se pode promover o contato entre estudantes de sociologia com estudantes do ensino médio posto que, finalmente, são os estudantes de sociologia (como futuros investigadores e como atores sociais) a audiência mais importante. Apesar de Braga não descartar a importância da sociologia profissional na programação das estruturas curriculares, pondera sua participação na elaboração de um campo reflexivo comum, em que o desafio será a construção de tal campo como “laboratório de experiências” (p. 170).

6. Burawoy identifica quatro opções no objetivo sociológico dentro da terceira onda de mercantilização. Por terceira onda o autor entende o processo no qual as garantias conquistadas no passado (direitos sociais, laborais, etc.) são eliminadas e, ao mesmo tempo, a redução da natureza ao âmbito mercantil é total. Dentro do estreito conjunto de possibilidades que se apresentam ao sociólogo, Burawoy identifica: a) a inclinação de sociólogo pelo Estado e contra o mercado, b) o isolamento do sociólogo em sua torre de marfim apelando à autonomia de sua função, c) a produção de discursos e/ou argumentos que invocam sob preceitos morais a transformação do mundo, porém, com restrição ao debate entre especialistas e iniciados e, finalmente, d) “[...] uma quarta via que recusa colaborar com o mercado e com o Estado, uma vez que toda ciência sem política é cega e toda crítica sem intervenção é vazia [...]” (BRAGA; BURAWOY, 2008, p.176), portanto, a *praxis* segue sendo condição *sine qua non* para a teoria crítica.

Analisando as fases de mercantilização na África do Sul, Rússia e nos Estados Unidos, o sociólogo americano expõe os mecanismos de espoliação que o

capitalismo em sua *forma* neoliberal opera. Seguindo Polanyi, Burawoy sustenta que se na primeira onda de mercantilização houve uma reação contra a transformação do trabalho em mercadoria e na segunda onda se gerou a reação contra a transformação do dinheiro em mercadoria; mas conforme Polanyi, Burawoy observa que nesta fase se produz uma reação contra a transformação da terra (*ergo* da natureza) em mercadoria. É por esse motivo que Burawoy alude a questão ecológica como um ponto central dos conflitos contemporâneos e, diferente de Wallerstein que identifica uma função estabilizadora às “semiperiferias”, Burawoy reconhece seu caráter explosivo e argumenta que é nas semiperiferias onde ocorrem as lutas pela defesa da terra, da natureza... da humanidade *tout court*.

7. Michael Burawoy argumenta que se analisarmos a “sociologia radical” da década de setenta notaremos seu excessivo caráter acadêmico e em completa dissonância com a realidade concreta. Indubitavelmente os movimentos antissistêmicos dos finais dos sessenta, através das lutas contra a discriminação racial, sexual, entre muitas mais; dotaram a sociologia de novas perspectivas e novos argumentos teóricos. A importância da perspectiva feminista poderia ser um exemplo disso (BRAGA; BURAWOY, 2008, p.245). Dessa maneira, a década dos noventa se caracteriza por um mundo mais reacionário, um momento histórico que se destaca pela “tirania dos mercados pelo despotismo dos Estados que haviam acentuado a desigualdade e suprimido as liberdades tanto entre as nações como no interior delas” (p. 207) e, portanto, a função da sociologia estaria ligada à defesa da sociedade civil. Mas o que entende nosso autor por sociedade civil? Para ele, na sociedade civil se expressam as contradições da formação histórica e econômica, daí que, aludindo a Jano, Burawoy menciona que a sociedade civil por um lado, é uma ferramenta de dominação e, por outro, uma vitrine para promover formas de autodeterminação (BRAGA; BURAWOY, 2008, p.217).

8. Por sua parte, Ruy Braga e Marco Aurélio Santana desenvolvem uma análise sobre a relação entre a sociologia do trabalho e o sindicalismo no Brasil. Os autores identificam três ufases: a primeira ligada à profissionalização da disciplina nas décadas dos cinquenta e sessenta, a segunda expressa o forte compromisso político-social das décadas dos setenta e oitenta e uma terceira articulada às políticas públicas dos finais do século XX. Para Braga e Santana, o contexto político e histórico do Brasil influenciou a configuração do “velho” e do “novo” sindicalismo; nesse aspecto, a década dos oitenta marca um divisor de águas no desenvolvimento do sindicalismo brasileiro.

A emergência de uma sociologia pública “orgânica” do trabalho se tornou evidente nas décadas de setenta e oitenta segundo estes autores, uma vez que se criou um “vínculo orgânico” entre investigadores e sindicalistas. Esse vínculo será essencial no processo de democratização do Brasil. Certamente, a vitória de Luiz

Inácio Lula da Silva produziu uma mudança de perspectiva, dando como resultado um interesse por políticas públicas.

9. No contexto norte-americano, Burawoy nota que Harry Braverman marcou uma mudança nos estudos dentro da sociologia do trabalho já que interpretou, desde uma perspectiva marxista, o processo do trabalho capitalista. Evidentemente o texto de Braverman – publicado em 1974– se encontra no contexto não somente da crise estrutural, mas também, no marco da “morte do estrutural-funcionalismo” (BRAGA; BURAWOY, 2008, p.244) e, portanto, a obra de Braverman não passou despercebida. Outro fator, observado por Burawoy, é a relação cada vez mais forte entre o “novo” sindicalismo norte-americano e o mundo acadêmico; o Instituto de Trabalho e Emprego fundado em 2000 na Califórnia mostraria tal vínculo.

10. Para entender a trajetória da sociologia pública a partir do Brasil, Ruy Braga, Sylvia Gemignani Garcia e Leonardo Mello e Silva analisam duas figuras paradigmáticas da escola brasileira: Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira. O primeiro, fruto da primeira geração intelectual formada por mestres franceses, criou as bases de uma “Escola Paulista de Sociologia”. Embora Fernandes tenha atuado como “intelectual participante”, não significa que tenha minimizado a rigorosa formação básica do científico social. Defendendo uma “teoria geral da ciência”, Fernandes argumenta que “o surgimento da sociologia estava ligada as necessidades socioculturais da sociedade de classes” (BRAGA; BURAWOY, 2008, p.259). Dessa maneira, a função social do científico é a criação de conhecimento em seu campo específico e defender publicamente as condições materiais e morais da produção de tal conhecimento. Por sua vez, a trajetória de Francisco de Oliveira também mostra a relação entre uma sociologia profissional, crítica, pública e para as políticas públicas. Membro da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e um dos criadores do Partido dos Trabalhadores em 1980 para posteriormente participar ativamente da campanha de Lula de 1989, Francisco de Oliveira representa também essa relação entre o intelectual comprometido e o científico rigoroso. Portanto, concluem os autores que tanto Fernandes como Oliveira expressariam a convergência dos quatro tipos de sociologia que propõe Burawoy.

11. O texto de Ruy Braga e Michael Burawoy é um conjunto de artigos publicados e outros inéditos lutando por um projeto disciplinar que tem como objetivo a interdependência e interconexão das quatro sociologias (profissional, crítica, pública e para políticas públicas) e tem como “fio condutor” a defesa da humanidade, portanto, não podemos reconhecer somente sua valiosa contribuição para os cientistas sociais comprometidos com a verdade e saudar de muito bom grado sua obra por ter também um caráter emancipatório.